

Após 10 anos de espera, famílias recebem chave da casa própria

Há dez anos esperando para receber a chave da casa própria, Elen Cristina Rocha, moradora de Rondonópolis, finalmente poderá entrar em seu apartamento entregue nesta sexta-feira, 3 de março. A cerimônia de entrega dos 1.440 apartamentos do Residencial Celina Bezerra contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Composto por 1.440 apartamentos, o residencial Celina Bezerra estava entre as 186 mil unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) - Faixa 1 não concluídas até janeiro de 2023. Sua construção foi iniciada durante a gestão da então presidente Dilma Rousseff e, após ter obras paralisadas, foi retomada por meio de investimentos da Prefeitura de Rondonópolis e do Governo do Estado

PÁG. 6



Ricardo Stuckert/PR

Gallo aponta rombo de R\$ 700 mi no MTPrev

O Governo do Estado vai encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que trata sobre um plano de custeio para custear o déficit previdenciário de R\$ 700 milhões. Segundo o secretário de Fazenda, Rogério Gallo, a mudança

realizada pela última reforma provocou o rombo nos cofres estaduais. Ele destacou que se nenhuma medida for adotada, em 2028 o Estado terá que colocar R\$ 2,1 bilhões para esse plano de previdência

PÁG. 5

Lula pede paz e união para governar o país

Em visita a Mato Grosso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu que as ideologias políticas devem ser deixadas de lado por um tempo, para concentrar esforços na "reconstrução" do país. Mato Grosso é um dos principais

redutos bolsonarista do país e foi um dos estados onde ocorreu o maior número de protestos contra a vitória do petista. Apesar disso, vários aliados do ex-presidente estiveram ao lado de Lula no evento

PÁG. 3



Wenderson Araújo/CNA

Cortes de churrasco ficam 20% mais baratos

Influenciado pela virada do ciclo da pecuária e o embargo da China à carne bovina brasileira, em razão de um caso atípico da doença da 'vacca louca', o preço da carne bovina tem apresentado quedas significativas em Cuiabá. Proprietário de uma casa de carnes, Pedro Perez afirma que as quedas de preços praticados por seus fornecedores têm se acentuado nas últimas três semanas

PÁG. 3

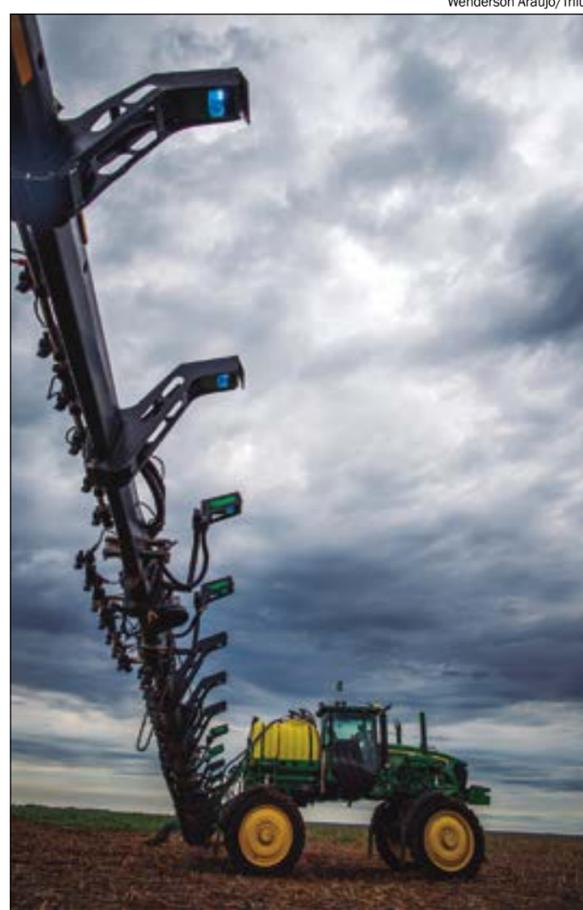
Gilberto Leite

Após 20 anos, governo faz concurso público da Saúde

Depois de 20 anos, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União), autorizou a realização de concurso público para a Secretaria de Estado de Saúde. O certame será realizado ainda este ano para preenchimento de 400 vagas. A

informação foi divulgada nesta terça-feira, 28 de fevereiro. A empresa que irá elaborar o edital e realizar o concurso ainda não foi contratada, mas o processo de contratação foi iniciado pela SES-MT

PÁG. 6



Wenderson Araújo/Trilux

Fabricantes de insumos aproveitaram das crises

O presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Fernando Cadore, acusou as empresas que fabricam fertilizantes de terem se aproveitado da guerra entre Rússia e Ucrânia e da pandemia

de covid-19 para subir preços de forma injustificada. Segundo Cadore, os produtores sofreram com reajustes de até mil por cento em alguns produtos, sem que houvesse qualquer justificativa plausível

PÁG. 8

Só falta a Caixa liberar a BR-163

PÁG. 3

EDITORIAL

Uma vitrine

Pouco mais de três meses após assumir a Presidência da República, Lula faz sua primeira visita a Mato Grosso. A escolha de Rondonópolis para a visita presidencial chega a ser icônica. Segunda maior cidade do estado, Rondonópolis deve muito de sua pujança econômica às ações do governo petista, que transformaram a cidade no maior hub logístico de Mato Grosso, com a construção do maior terminal ferroviário da América Latina.

E não é só Rondonópolis que deve muito de sua pujança econômica aos investimentos e programas realizados durante os governos petistas. Porém, a cidade é uma espécie de vitrine da transformação econômica realizada durante meados dos anos 2000 e início da década de 2010. Dos armazéns que hoje abrigam a abundante produção agrícola do estado até o asfalto que permite o escoamento da safra, e, principalmente, os trilhos que levam os grãos até o Porto de Santos.

Igualmente icônico é o fato de que Lula virá a Mato Grosso para entregar casas populares que tiveram sua construção iniciada durante o governo Dilma Rousseff, ficaram paralisadas durante muito tempo após o impeachment e só foram concluídas devido aos investimentos promovidos pela própria Prefeitura de Rondonópolis, sob o comando de Zé Carlos do Pátio - um 'lulista roxo'.

Foi Lula quem lançou, em 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que viabilizou a construção do residencial Celina Bezerra em Rondonópolis. Em 13 anos de existência, o programa beneficiou mais de

10 milhões de brasileiros, seja com a entrega de apartamentos e casas a um preço ínfimo, seja pela facilitação na aquisição de imóveis com condições nunca antes vistas.

Nesta sexta, 3, 1.440 famílias terão a enorme alegria de receber as chaves da casa própria com a qual tanto sonharam. É um momento único na vida de qualquer pessoa, saber da possibilidade de que o teto sobre sua cabeça é seu. O sonho de milhões de brasileiros se torna realidade para essas famílias.

Após quatro anos do governo Jair Bolsonaro e da terrível campanha eleitoral que atra-

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

vessamos, o Brasil se encontra fraturado, visivelmente dividido entre ódios e paixões. Momentos como este que teremos em Rondonópolis são essenciais para ajudar a curar essa divisão. O Brasil precisa de união e paz para voltar a ser feliz.

SER Mulher com dignidade

Virginia Mendes (*)

O mês de março ficou marcado como o "Mês da Mulher" a partir da data de 08 de março, lembrada todos os anos. Alguns aproveitam para presentear, e tem gente que até confunde a data com a do 'Dia dos Namorados', acreditando ser uma data para comemorar um romance. De algum modo, até podemos dizer que é comemorativa, se levarmos em consideração o espaço que conquistamos, porém ainda precisamos avançar em diferentes áreas, e uma que muito nos preocupa é a garantia da segurança à mulher e o direito de recomeçar uma vida digna.

Nós conhecemos parte da história do surgimento do "Dia Internacional da Mulher". E ela não trata apenas do espaço e da conquista da mulher no mercado de trabalho e dos direitos iguais, a data é um pedido de reflexão. E digo mais: é um pedido de socorro de muitas mulheres que estão expostas e vulneráveis à violência.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública, apurados pela Polícia Judiciária Civil, dezembro de 2021 a dezembro de 2022 houve um aumento de 12% nos casos de feminicídio. Os números apontam que 42 das 47 mulheres vítimas eram mães.

O que nos abala ainda mais é que esses crimes deixaram 92 filhos e filhas órfãos, sendo que quatro deles também perderam o pai.

Desde que o atual governo assumiu o Estado, em janeiro de 2019, uma das cobranças que fiz foi acerca de políticas públicas que beneficiem as mulheres e a integridade da vida. São extremamente importantes para que possamos diminuir ou, quem sabe, até acabar com as barbáries contra as mulheres. E também quero fazer menção aqui a todos os crimes que vão contra a vida de um idoso, de uma criança, enfim, de qualquer ser humano.

O Estado conseguiu avançar a partir de alguns mecanismos a favor da proteção à mulher. Logo que o governador Mauro Mendes assumiu, nos reunimos e indiquei a implantação de Unidades Especializadas de Atendimento à Mulher, para atuar no combate à violência doméstica e sexual, e, para auxiliar, também solicitei a Delegacia da Mulher. Na época da inauguração, a ex-ministra Damares Alves destacou a unidade como referência a ser seguido em outros Estados. Ainda conseguimos a Delegacia da Mulher 24 horas e o atendimento itinerante com o Ônibus Lilás, que prevê atividades de roda de conversa e palestra voltadas para a prevenção e o combate à violência doméstica.

Também foi possível criar a Delegacia Virtual, um canal onde pode ser feito o pré-registro de ocorrências envolvendo violências domésticas, e o Sistema SOS Mulher MT, que reúne a solicitação de medidas protetivas online, botão do pânico virtual, entre outros serviços - ferramentas importantes para auxiliar e apoiar vítimas de violência doméstica.

Porém, nossa grande conquista é o programa inédito que beneficia as mulheres vítimas de violência doméstica com o auxílio moradia, o SER Família Mulher. Sonhei com esse projeto e agora é lei em nosso Estado, com a principal finalidade de amparar mulheres vítimas de violência doméstica, com a transferência de R\$ 600 mensalmente. O Termo de Referência está em edição, e, para que tudo funcione, o programa conta com o auxílio da Rede de Atendimento à Mulher.

De acordo com as estatísticas, umas das decisões mais difíceis para que uma mulher, na maioria das vezes, suporte a situação de violência é o fato de não ter para onde ir, e, em alguns casos, também envolvem os filhos, fatores que deixam a mulher refém do agressor. Essa transferência de renda vai auxiliar essas mulheres e dar a elas a chance de recomeçar uma nova vida com segurança,

qualificação profissional e a oportunidade de viver com dignidade.

A data do dia 08 de março é um dia para reflexão a respeito de toda a desigualdade e violência que as mulheres sofrem. É um momento para combater o silêncio que existe e que normaliza esses crimes, além de ser um momento para repensar atitudes e tentar construir uma sociedade sem desigualdade.

Vamos continuar na luta por dias melhores para as mulheres do nosso Mato Grosso, e, quem sabe, nossa iniciativa possa vir a inspirar outros Estados. Vou continuar as campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres dentro dos órgãos públicos, e também defender de maneira intensa a igualdade entre homens e mulheres. Nós, mulheres, merecemos a Superação, a Esperança e o Respeito. Nós merecemos SER Mulher com dignidade.

VIRGINIA MENDES é primeira-dama de MT, economista, voluntária na Unidade de Ações Sociais e Atenção à Família, idealizadora dos programas e projetos sociais do governo do Estado, a exemplo do programa SER Família.



As lutas de 6 de março

Caiubi Kuhn (*)

Há 10 anos, uma manifestação que buscava melhorias na política de assistência, direcionada aos estudantes oriundos das famílias mais pobres da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sofreu uma forte repressão da Polícia Militar, culminando com 10 pessoas feridas por munição antitím e balas de borracha (sendo 9 estudantes e um cidadão que trabalhava na calçada), seis estudantes e até dois advogados presos indevidamente. A luta do dia 6 de março de 2013 continuou com uma ocupação da reitoria da UFMT, que durou 13 dias e acabou com assinatura de um acordo com muitos compromissos e promessas. Mas por que esses estudantes estavam nas ruas fazendo essa manifestação pacífica, que foi tão brutalmente reprimida?

Cursar uma faculdade, durante muito tempo, foi algo comum apenas para os filhos das famílias com melhores condições econômicas. Para muitas famílias pobres, conseguir auxiliar um filho durante o período na universidade, arcando com custos com alimentação, moradia e outras necessidades básicas, era uma missão impossível. Devido a isso, em 2008, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNA-ES), que serve para auxiliar os estudantes

que vêm das famílias de baixa renda a se manterem na universidade, possibilitando a ascensão social dessas pessoas. A luta do dia 6 de março de 2013 ocorreu para garantir justamente esse tipo de política, ou seja, para que os estudantes de famílias pobres também pudessem cursar uma graduação em universidade pública.

Entre os estudantes que estavam nas ruas, havia aqueles que já estavam para se formar. Mas então por que lutar? Pelo simples fato de saber que se eles tiveram um teto e apoio, durante o período que cursaram o ensino superior, foi porque alguém, alguns anos ou décadas atrás, lutou para aquelas políticas de assistência estudantil existirem. Então, a luta era pelo próximo, pelo estudante que ainda entraria na universidade.

Diferentemente do que foi observado no início de 2023, no Congresso Nacional, onde ocorreu uma manifestação que causou alguns milhões de danos, com muitos crimes cometidos e poucos tiros disparados, naquele dia 6 de março de 2013, mesmo em uma manifestação pacífica, onde jovens estudantes lutavam pelo direito à educação, a Polícia Militar não poupou bala e agressões, ferindo direitos constitucionais daqueles que ali estavam.

As palavras de um policial: "vai procurar na justiça seu direito", seguida por uma bofetada

no rosto de um estudante, que caiu no chão e ficou na mira de uma espingarda, são agressões que marcaram esse momento e ficaram gravadas em um vídeo. Uma década depois, os processos judiciais relacionados ao caso já estão concluídos. E, sim, tanto o Estado de Mato Grosso foi condenado a pagamento de indenização, quanto um dos policiais que lá estava foi condenado pela ação truculenta contra a manifestação pacífica.

Os estudantes que estavam nas ruas naquele dia, hoje são servidores públicos, professores, pesquisadores, empreendedores, funcionários de sucesso na iniciativa privada, entre muitas outras funções. Isso desconstrói qualquer discurso daqueles que chamavam de "vagabundas" aquelas bravas pessoas que brigavam pelo direito à educação e à dignidade.

Mas, e quais foram os resultados daquelas lutas?

O sangue dos estudantes que escorreu pelas ruas resultou na ampliação do horário de funcionamento do restaurante universitário, com a criação de refeições vegetarianas e café da manhã. A casa de estudante de dentro do campus teve melhorias. Porém, a construção de novas casas, prometidas no acordo de desocupação da reitoria, nunca foi cumprido e a UFMT continua a oferecer poucas vagas

de moradia estudantil até a data de publicação deste artigo.

O dia 6 de março é emblemático para todos que estavam na manifestação. O desrespeito aos direitos constitucionais e a necessidade de lutas que garantam a possibilidade de progresso educacional e acesso a condições sociais melhores são tópicos e lembranças marcantes.

Para mim, que lá estava e que até hoje guardo cicatrizes do tiro que recebi, e vejo na universidade um suporte insuficiente direcionado a estudantes que precisam de atenção e amparo, a luta daquele dia é uma luta ainda inacabada.

A educação transforma, mas essa transformação só acontece quando é possível o acesso e a permanência. E isso só acontece com políticas públicas que garantam o mínimo para aqueles que mais precisam. A educação é a melhor e maior ferramenta de transformação social, e por isso precisa ser um direito de todos.

CAIUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).



A utilidade de um líder

Francisney Liberato (*)

Saiba utilizar e transformar as suas qualidades e os seus valores em resultados profícuos e duradouros para as organizações.

Sem uma liderança constituída e estruturada, dificilmente as organizações obterão resultados profícuos. A liderança é o fio condutor para a escalada rumo ao crescimento e à sustentabilidade da entidade. Diante disso, qual é a utilidade de um líder para você?

Em minha posição como um líder há mais de 30 anos, de fato ou de direito, entendo que a liderança é indispensável para o sucesso

ou fracasso de uma organização. Sem liderança é quase impossível atingir os objetivos. Por outro lado, com o excesso de liderança, haverá a ofuscação dos objetivos traçados e, por conseguinte, o resultado será pífio.

Vamos imaginar que você seja um líder há muitos anos. Durante o seu percurso nessa função você já obteve muitos resultados para a entidade na qual colabora. As pessoas e os indivíduos da sua equipe te seguem como líder, por isso que os resultados chegam. Porém, chega determinado tempo como líder em que dúvidas pairam na sua mente: realmente os resultados atingidos poderiam

ser melhores? Os resultados são efetivamente bons? A sua utilidade como líder não potencializa resultados mais consideráveis?

Essas indagações podem ocorrer na mente de cada indivíduo líder na instituição em que trabalha. Na minha visão como líder, entendo que essas dúvidas e perguntas devem ser um processo constante e permanente em nossas vidas. Eu explico melhor: a cada final de semestre devemos fazer um balanço sobre o nosso papel como líder e os resultados advindos dessa liderança. Quanto mais nos questionarmos sobre a nossa forma de atuação individualmente, mais saberemos sobre a nossa utilidade como líderes para as pessoas e para as organizações nas quais trabalhamos. A sua utilidade é intrínseca sobre se você deve permanecer ou sair da função de liderança. Avalie com esmero e profundidade.

O líder é útil! O líder é indispensável para as organizações. Contudo, o líder deve se cobrar e se perguntar, pelo menos uma vez a cada semestre, sobre a sua utilidade. Alguns podem pensar: por que não fazer esses questionamentos diariamente ou semanalmente ou mensalmente? Entendo que há um ciclo de trabalho que não dá para ser medido em curtíssimos prazos. E o excesso de questionamento sobre o seu trabalho como líder pode provocar desestímulo e desinteresse no exercício da função. Sugiro que você faça balanços semestrais, com a mente e a emoção equilibradas. Evite fazer esse exercício em momentos de estresse e pressão, pois o resultado não será real e nem satisfatório.

Qual é a sua utilidade como líder? Olhe para dentro de si e avalie com ponderação os seus resultados e o seu estado físico, mental, espiritual e emoção no exercício dessa missão. Faça a avaliação de forma

objetiva e com critérios bem definidos antecipadamente. Não permita que a sua liderança seja avaliada pelas fofocas e pessoas de grupos que não sejam engajadas nos propósitos da instituição, uma vez que isso poderá lhe frustrar e desanimar.

Você é um indivíduo-líder de valor, quero que saiba disso! Se porventura os resultados não vieram a contento, e você se dedicou e fez o seu melhor, sugiro que durma tranquilo e tenha paz, já que nem sempre conseguiremos atingir excelentes resultados, devido a diversas circunstâncias que fogem do controle do líder, como, por exemplo, uma pandemia.

Você é útil e tem o seu valor!

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor do Tribunal de Contas. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Vice-presidente da Associação Brasileira dos Profissionais da Contabilidade - ABRAPCON. Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Fenomenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos - Vol. 1 e 2", "Como falar em público com excelência", "Legado", "Liderança", "Ansiedade", "Mude sua vida em 50 dias Premium", "Inteligência Emocional" e "Manual do Concurseiro". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

FOCO NO TRABALHO

“Não estou propondo casamento para ninguém, estou propondo governar”, enfatizou o presidente durante visita a MT, um reduto bolsonarista

Lula pede pacificação da política

Gilberto Leite

**Da redação**

Em visita a Mato Grosso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu que as ideologias políticas devem ser deixadas de lado por um tempo, para concentrar esforços na “reconstrução” do país. A defesa foi feita pelo presidente durante sua visita a Rondonópolis na manhã de sexta-feira, 3 de março, para entrega das chaves de 1.440 apartamentos populares do Residencial Celina Bezerra.

Mato Grosso é um dos principais redutos bolsonarista do país e foi um dos estados onde ocorreu o maior número de protestos contra a vitória do petista na eleição do ano passado. Além disso, Lula não contou com apoio de grandes lideranças po-

líticas, como o governador Mauro Mendes (União).

Pregando superação das divergências políticas, Lula destacou que o pleito eleitoral terminou em outubro do ano passado. Ele afirmou que quando vai visitar um Estado, não procura saber se o gestor foi ou não seu aliado, mas sim o que pode ser feito para melhorar a situação local.

“Quando eu venho a um estado, eu não quero saber se o governador foi contra a mim ou a favor. Eu não quero saber de quem partido é o governador, eu quero saber que ele está eleito, eu tenho que trabalhar junto com ele para governar para o povo do estado, para governar para o povo da cidade”, destacou.

O presidente lembrou que uma das primeiras medidas que adotou quando assumiu o comando do país foi convocar uma reunião com os 27 governadores, logo após os ataques às sedes dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro, para propor um trabalho de parceria para o desenvolvimento nacional.

“Se o Zé do Pátio [prefeito de Rondonópolis] não fosse um amigo, fosse um adversário, ainda assim eu viria aqui e trataria ele com respeito, porque a democracia exige a nossa convivência, mesmo que na adversidade”, destacou.

“Eu tenho 4 anos pela frente para gente consentar esse país [...] Por isso, companheiros e companheiras, eu vou conversar com cada governador, eu vou conversar com cada prefeito, eu vou conversar com pessoas que gostam de mim ou que não gostam de mim. Eu não estou propondo casamento para ninguém, eu estou propondo governar”, complementou.

FILA DOS OSSINHOS
Lula lembrou a fila dos ossinhos em Cuiabá, que ganhou repercussão nacional durante o período de pandemia do coronavírus. O presidente questionou o motivo de o episódio ter ocorrido em Mato Grosso, o maior produtor de grãos e proteínas do país.

“Foi aqui nesse estado, que é um dos maiores criadores de gado, foi aqui nesse estado que é o



Lula lembrou a fila dos ossinhos em Cuiabá e disse que uma de suas missões é acabar com a fome no país

maior produtor de grãos desse país, que aparece uma mulher na porta do açougue recebendo osso para fazer sopa dentro de casa. Não é explicável, num país que é o terceiro produtor de alimento do planeta, num país que é o maior produtor de proteína de animal no mundo, a gente ter 33

milhões de pessoas passando fome”, destacou.

Lula disse que uma das missões de seu governo é mudar a realidade da população brasileira, possibilitando que cada cidadão possa fazer três refeições ao dia.

“Eu quero dizer para vocês que o Brasil produz alimento suficien-

te para seu povo. Os avanços da genética, os avanços tecnológicos fizeram com que o Brasil se tornasse nesse extraordinário país produtor. Por que as pessoas passam fome? As pessoas passam fome porque não têm dinheiro para comprar os alimentos necessários”, concluiu.

AVANÇOS EM RONDONÓPOLIS

Pátio exalta investimentos de Lula e Mauro Mendes

Gilberto Leite



Pátio enfatizou que investimentos petistas foram fundamentais para o crescimento de Rondonópolis

Da redação

O prefeito de Rondonópolis, Zé Carlos do Pátio (PSB), reпреendeu as vaias que foram feitas a políticos que não apoiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última eleição durante a solenidade de entrega de apartamentos populares na manhã de sexta-feira, 3 de março.

Durante agradecimentos aos agentes que apoiaram o desenvolvimento da cidade, Pátio citou o senador Wellington Fagundes que é do mesmo partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). No entanto, apoiadores do petista começaram a vaiá-lo e o prefeito chamou atenção.

“Precisamos respeitar essas autoridades. Rondonópolis precisa desse apoio. Se Rondonópolis está avançando, é por causa dessas autoridades. Salva de palmas para Wellington, o se-

nador, agora ministro, Carlos Fávaro e ao governador Mauro Mendes [União]”, pediu.

Alvo de vaias da militância petista que estava no evento, o governador Mauro Mendes (União) foi exaltado por Pátio, especialmente para a conclusão do Residencial Celina Bezerra, com aporte de R\$ 5,2 milhões.

“Não posso deixar de agradecer nunca, e tenho que ser honesto, nunca na história de Mato Grosso eu tive tanto apoio como tive no governo de Mauro Mendes. Tá conseguindo arrumar recursos para asfaltar todos os distritos industriais. Nós temos que ser parceiros”, afirmou.

Em seu discurso, Pátio lembrou que durante a gestão de Lula e Dilma Rousseff (PT), de 2003 a 2016, Rondonópolis conseguiu atingir 100% de rede de esgoto, além do tratamento de água. Ele ainda lembrou que a

duplicação do trecho da BR-163 que liga a cidade à capital também ocorreu durante as gestões dos petistas, assim como a construção de creches e escola técnica.

“A presidente Dilma trouxe 17 creches e a escola técnica federal. Ela não fugiu da linha. Esse país, no governo Lula e Dilma, tinha projeto e tinha programa. Essa cidade só conseguiu isso porque existia projeto de governo”, disse.

HOMENAGEM - Logo após, o prefeito comunicou ao presidente que a escola próxima da unidade habitacional terá o nome do neto do presidente, Arthur Araújo Lula da Silva, que morreu aos 7 anos de idade, vítima de uma infecção generalizada causada pela bactéria *Staphylococcus aureus*, em 2019. O anúncio levou o presidente às lágrimas.

“Presidente Lula, você é forte, é muito importante para nós”, ressaltou Pátio.

ATENTADO EM BRASÍLIA

Amália questiona desinteresse do governo em CPMI

Da redação

A deputada federal Amália Barros (PL) defendeu a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos de vandalismo e omissão ocorridos nas sedes dos Três Poderes, em Brasília (DF), no dia 8 de janeiro, no Congresso Nacional.

O autor do requerimento, deputado federal André Fernandes (PL-CE), anunciou que

já conseguiu o número de assinaturas necessárias para abertura da investigação na Câmara e Senado.

De acordo com Amália, o principal objetivo da CPMI é apenas identificar e punir os vândalos que depredaram os prédios do Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional.

“Fui uma das primeiras a assinar [requerimento], nós conseguimos as assinaturas suficientes

nas duas Casas e eu acredito que sim, que vai sair essa CPMI. Ela é muito importante porque a gente tem que investigar, quando a gente investiga a gente consegue punir os verdadeiros irresponsáveis por aquele absurdo que aconteceu em Brasília”, disse.

Ela destacou que com a investigação será possível separar o “joio do trigo” e responsabilizar apenas os autores e responsáveis pelo ato criminoso.

“A CPMI não vai servir para liberar todo mundo, não é esse objetivo. O objetivo é saber quem foram os verdadeiros culpados e puni-los. Eu entendo, as pessoas estão lá [presas em Brasília], mas quem são essas pessoas que estão lá? Tem muita gente inocente presa, essas pessoas que são inocentes, que não participaram, elas não têm o porquê estarem lá”, frisou.

Amália ainda questionou a resistência

da base governista em apoiar a proposta apresentada pelo seu colega de partido.

“Por que o governo não quer saber quem foi o responsável? Se eles dizem que foi um ato feito pelas pessoas que são oposição a eles, por que o governo não quer saber quem essas pessoas que eles dizem ser contra eles e que foram responsáveis por isso? É estranho, está mal contada essa história”, destacou.

ADESÃO - Dos 11 membros da bancada de Mato Grosso em Brasília, seis assinaram o requerimento para abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

No Senado, apenas Wellington Fagundes (PL) aderiu à proposta de investigação. Já na Câmara dos Deputados, os deputados do PL - Abílio Brunini, Amália Barros, Coronel Fernanda e José Medeiros - e o Coronel Assis (União) assinaram a proposição.

BURACOS NA BR-163

Presidente da Assembleia Legislativa se revolta com problemas de manutenção na rodovia e sugere que população deixe de pagar pedágio

Botelho sugere 'romper cancelas'

Gilberto Leite



Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado estadual Eduardo Botelho (União Brasil), propôs que os motoristas "rompam" as cancelas de pedágio da rodovia federal BR-163, entre Rondonópolis a Cuiabá. A declaração de Botelho foi feita na manhã de quarta-feira (1º de março), em entrevista a jornalistas.

Motoristas reclamam das péssimas condições nos dois sentidos da rodovia, que hoje está sob os 'cuidados' do Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes (Dnit) e da concessionária Rota do Oeste.

O parlamentar disse que todos estão ansiosos e confiantes de que a situação será resolvida e que torce para que a rodovia passe para a tutela do governo do Estado, que já afirmou ter recursos para fazer as obras na rodovia. Ainda segundo Botelho, as obras já estão agendadas e com recursos definidos para isso.

"Se não resolver, eu acho que a população tem que dar um basta. Chega, não dá mais para continuarmos pagando e não se faz nada, só tem gente 'passando o rodo e apanhando dinheiro'. Eu acho que o povo tem que começar também ter vergonha, não dá para ficar sendo explorado aí o tempo todo", disse o parlamentar.

"Estou propondo que pare de pagar. Se eles não acharem uma solução, parem, não aceitem

o pagamento. Não dá para você ficar pagando algo por 10 anos, 15 anos e nada se faz. Rompe a cancela. Alguma coisa tem que ser feito, não dá para ficar do jeito que está", completou.

O deputado Thiago Silva (MDB) também afirmou ter entrado com uma representação junto ao Ministério Público Federal pedindo a suspensão do pedágio até que se decida sobre a responsabilidade da via. Atualmente, o Governo do Estado está tentando assumir o controle acionário da Rota do Oeste e, por conseguinte, da rodovia.

"Da forma que está, é injustificável pagar um pedágio sem ter a manutenção da rodovia. Então, a gente também cobra o Ministério Público Federal para que interceda e também, que abra as cancelas, porque o cidadão está pagando, o motorista, o caminhoneiro, e esse pagamento é injusto", disse Thiago.



Botelho reclamou das péssimas condições da BR-163 nos dois sentidos da rodovia e sugere que população de um 'basta'

TRANSFERÊNCIA À MT-PAR

Dívida com a Caixa trava concessão da BR-163

Gabriel Soares

Um dos últimos empecilhos para o governo assumir o controle acionário da Rota do Oeste, o Banco Pine teria aceitado o acordo de quitação das dívidas da empresa. Porém, o governo agora precisa esperar a aprovação da Caixa Econômica Federal para concluir o negócio. A informação foi revelada pelo governador Mauro Mendes (União) na última quarta-feira, 1º de março, em conversa com jornalistas durante um evento no Cine Teatro Cuiabá.

O governo vai assumir o controle da Rota do Oeste através da MT Par, uma empresa de economia mista da qual o Estado é o acionista majoritário. Para isso, a MT Par terá que assumir dívidas que somam cerca de R\$ 950 milhões, da concessionária com vários bancos.

A demora para uma resposta do Banco Pine atrasou o processo de transferência do controle acionário. Diante do impasse, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) precisou dar mais prazo ao governo para concluir as tratativas. O novo prazo

é de 60 dias, findos em meados de abril.

"Nós perdemos praticamente três meses por conta de um banco chamado Banco Pine... dezembro, janeiro e fevereiro. No final de fevereiro, nós conseguimos resolver o tal do Banco Pine, era o último banco. E aí subiu para aprovação dos bancos, todos os bancos já aprovaram, inclusive o Pine, Banco do Brasil, todos os demais bancos. Agora, nós estamos aguardando a Caixa Econômica Federal fazer a aprovação", explicou o governador.

Porém, o prazo pedido pela Caixa Econômi-

ca para concluir a análise é de 60 dias, o que pode vir a extrapolar o prazo dado pela ANTT. Se o prazo dado pela ANTT acabar antes da conclusão do negócio, o governo pode ser impedido de assumir o controle acionário da Rota do Oeste.

"Nós estamos fazendo interações junto com eles para antecipar esse prazo. Semana que vem devo ter uma agenda em Brasília sobre isso. Aprovando, dias depois vai ter o 'close' da operação, ou seja, o final da operação. O governo assume a companhia, faz os aportes, as tratativas

finais, como é previsto nos acordos, nos contratos e na legislação", detalhou.

Segundo relatório disponibilizado pela Rota do Oeste aos acionistas no final de 2022, referente ao terceiro trimestre, a dívida com a Caixa Econômica é de R\$ 316,25 milhões, referente a um empréstimo de curto prazo contraído em 2015, com previsão de pagamento integral até fevereiro de 2017. Porém, desde então, a concessionária seguiu renegociando o empréstimo, que agora tem sido pago regularmente em parcelas mensais.

O mesmo relatório mostra que a Rota do Oeste teve receitas de R\$ 536,2 milhões nos nove meses de 2022. Deste montante, cerca de R\$ 395,5 milhões são referentes à cobrança de pedágio, que teve aumento de 5% frente ao mesmo período de 2021. Outros R\$ 136,2 milhões são referentes a receitas de construção, representando obras que a concessionária realizou. Os R\$ 4,5 milhões restantes são referentes a outras receitas, advindas da exploração da faixa de domínio às margens da rodovia.

FREIO AMBIENTAL

Comissão aprova PEC que trava criação de parques

Gabriel Soares

A Comissão Especial criada para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa suspender a criação de novas unidades de conservação em Mato Grosso aprovou nesta terça-feira, 28 de fevereiro, um parecer favorável ao texto enviado pelo Governo. A PEC

12/2022 já havia sido aprovada em primeira votação no plenário no dia 15 de fevereiro. Existe expectativa de que o texto passe pela segunda votação ainda na quarta-feira, 1º de março.

A PEC 12/2022 prevê que novas unidades de conservação só poderão ser criadas após a regularização de 80% das unidades estaduais

de conservação já existentes. Além disso, para a criação de novas áreas de conservação, será necessário ter a disponibilidade de dotação orçamentária necessária para a completa e efetiva indenização aos proprietários afetados.

Atualmente, apenas 7,3% das unidades de conservação estaduais têm regularização fun-

diária. A falta de regularização cria problemas como no caso do Parque da Serra de Ricardo Franco, onde a área de conservação foi criada sobre fazendas já existentes, sem que houvesse qualquer indenização aos proprietários de terras. Estima-se que só a regularização do Parque Serra de Ricardo Franco deve custar em cerca de R\$ 2 bilhões em indenizações.

Relator da matéria na comissão, o deputado estadual Dr. Eugênio (PSB) avalia que a medida trará tranquilidade aos produtores rurais que estão em áreas que poderiam se tornar unidades de conservação.

"Acho extremamente oportuna essa PEC, ela traz mais segurança jurídica, principalmente para a nossa região do Araguaia. Lá, estão sendo criadas duas unidades de conservação, em locais onde a população mais precisa de terra para sua função social", disse Eugênio, citando indicações feitas na Comissão do Zoneamento Socioeco-

nômico e Ecológico do Estado, para a criação de novas unidades.

O presidente da comissão especial, deputado Carlos Avallone (PSDB), afirma que a situação fiscal do Estado é favorável à PEC. Ele defende que o governo utilize os recursos que tem em caixa para investir nos parques estaduais já existentes.

"A proposta só está sendo aprovada agora porque nós temos um governo que tem recurso em caixa. A prova disso é que o governador está querendo investir R\$ 200 milhões no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Então nós temos também que direcionar recursos para os parques estaduais, as unidades de conservação estaduais, como Cristalino, Ricardo Franco", argumentou.

No entanto, representantes do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (For-mad) e do Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT)

discordam do parecer da comissão.

Eles acompanharam a reunião e pediram a realização de audiência pública antes da segunda votação do projeto. Edilene Amaral, consultora do Observa-MT, afirma que é preciso suspender a tramitação da PEC para que as considerações apontadas na audiência pública impactem a votação do projeto.

As organizações são contrárias à aprovação dessa alteração na Constituição Estadual, que veda a criação de novas unidades de conservação. Eles afirmam que esse tipo de mudança na legislação não pode ser feita na esfera estadual.

"Apesar de a competência ser concorrente [cabe a União e estados] na área de meio ambiente, você tem regra geral e regras complementares. [Caso a PEC seja aprovada] a constituição do Estado de Mato Grosso vai trazer uma vedação que não existe na Constituição Federal, então ela é frontalmente contrária a Constituição", alega Edilene.



Presidente da comissão especial, Avallone defendeu que o governo concentre investimentos em parques já existentes

INVASÃO DE COMPETÊNCIA

Deosdete ainda ressaltou que os casos de excessos que teriam sido cometidos pela equipe do governo deveriam ser debatidos na Justiça

PGJ pede para suspender CPI

**Da redação**

O procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior, pediu ao Tribunal de Justiça que determine a suspensão imediata dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara de Cuiabá para investigar os trabalhos e denúncias de possíveis exceções da equipe de intervenção na Saúde Pública de Cuiabá.

No documento encaminhado na quarta-feira, 1º de março, Deosdete pede que a interrupção ocorra até que o Órgão Especial conclua o julgamento do pedido de intervenção, também feito pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

O procurador-geral destacou que as CPIs têm objetivo de apurar

determinados fatos ligados a irregularidades, ilegalidades ou má gestão da coisa pública. No entanto, ele grifou que as investigações devem ocorrer no âmbito de competência de cada órgão dentro do qual elas foram criadas. Desta forma, como a intervenção é uma atividade do Estado, não compete ao Poder Legislativo municipal investigar.

“Portanto, como o próprio Estado de Mato Grosso encontrava-se na posição de interventor no âmbito da saúde municipal, aplica-se igualmente a regra, sendo inadmissível a instauração de CPI ao caso, uma vez que há inquestionável extrapolação do poder investigativo da CPI da Câmara Municipal de Cuiabá, que deve se restringir às circunscrições do Município”, diz trecho da representação.

Deosdete ainda ressaltou que os casos de excessos que teriam sido cometidos pela equipe do governo deveriam ser debatidos na Justiça, por meio de recurso ao processo que pede intervenção.

“[...] a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Cuiabá tem o único objetivo de afrontar o Princípio da Reserva de Jurisdição atribuído constitucionalmente ao Poder Judiciário”, frisou.

Na avaliação de Deosdete, a CPI da Câmara viola o princípio da separação dos Poderes, o princípio da reserva de jurisdição, do poder investigatório do Ministério Público e do sistema “checks and balances” (freios e contrapesos) da República.

“[...] os vereadores, por meio da CP, tentam se imiscuir na atividade investigativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, através da reinquirição de pessoas ouvidas na condição de testemunhas, cujos depoimentos já foram submetidos ao contraditório e estão inclusos na ação interventiva. Inclui-se, os depoimentos das testemunhas são parte fundamental do voto de Vossa Excelência, denotando evidente desvio de finalidade e extrapolação do poder constitucional conferido aos



Deosdete Júnior avalia que investigação da Câmara é uma afronta ao Poder Judiciário

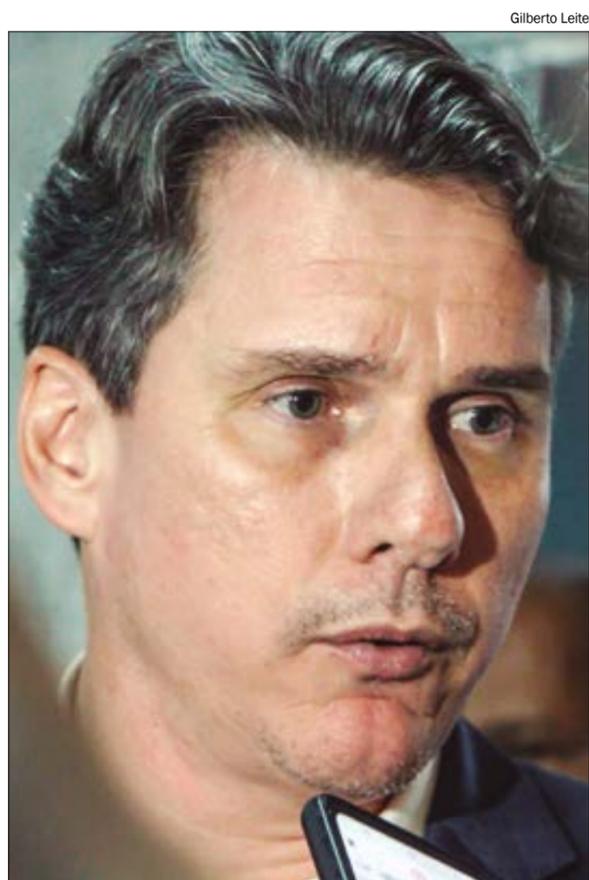
parlamentares”, complementou.

SOBRE A CPI - A Câmara Municipal de Cuiabá instaurou uma CPI para investigar possíveis excessos da equipe interventora. O pedido foi protocolado pelo vereador Luís Cláudio (PP), ex-secretário de governo. Segundo ele, além

dos excessos, a comissão vai apurar também relatos de desvio de finalidade, abuso de autoridade, descontinuidade dos serviços na saúde e a inadequação do funcionamento e os efeitos da intervenção na rede de saúde pública.

Além disso, os vereadores querem levar

outras informações que foram repassadas pelo Município, como o aumento do número de mortes durante os sete dias da intervenção, a interrupção do funcionamento da UTI pediátrica e a divulgação de dados operacionais e clínicos com grau de sigilo profissional.



Gilberto Leite

Conforme Gallo, mudanças feitas no texto do governo durante a reforma da Previdência causaram rombo de R\$ 700 milhões

PREVIDÊNCIA

Governo aponta rombo de R\$ 700 mi

Da redação

O Governo do Estado vai encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto de lei que trata sobre um plano de custeio para custear o déficit previdenciário de R\$ 700 milhões. Segundo o secretário de Fazenda, Rogério Gallo, a mudança realizada pela última reforma provocou o rombo nos cofres estaduais.

Em 2020, o governo encaminhou um projeto para Assembleia alterando a alíquota de 11% para 14%, assim como a lei nacional determinava. No entanto, durante sua tramitação na Assembleia, os deputados conseguiram isentar os servidores aposentados e pensionistas que recebem até 3 salários mínimos.

“Houve um aumento do déficit no Plano Previdenciário em razão da Reforma da Previdência que foi feita no ano passado, desonerando um pouco os aposentados, o quanto eles recolhiam de contribuição previdenciária. Isso aumentou o déficit em torno de R\$ 700 milhões. Isso foi evidenciado pelo atuário que foi contratado pela MT Prev e nós temos que aprovar um novo plano de custeio. Nós já tínhamos um plano de custeio aprovado em lei, uma lei de 2021”, explicou o secretário, após a primeira reunião do Conselho Previdenciário.

Gallo destacou que se nenhuma medida for adotada, em 2028 o Estado terá que colocar R\$ 2,1 bilhões para que esse

plano de previdência consiga, nos próximos 35 anos, custear todas as aposentadorias dos atuais 17 mil servidores que estão no plano previdenciário.

“Isso ficou demonstrado no atuário, que todas as nossas decisões trazem uma consequência. Então, a consequência da decisão que foi tomada em relação a desoneração de alguns aposentados trouxe uma implicação que a gente teve que mudar o plano de custeio e o aumento do déficit em torno de R\$ 700 milhões que vai ser compartilhado com a sociedade, porque é suportado pelo Tesouro do Estado. E o Tesouro do Estado exige arrecadação de pagamento de impostos e quem paga

imposto é a sociedade, o cidadão”, destacou.

O déficit no MT Prev já havia sido citado por representantes do governo no ano passado, quando a Assembleia Legislativa debatia a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para ampliar a isenção dos aposentados e pensionistas. O objetivo da PEC era estender a faixa de isenção para os aposentados que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 7,5 mil.

No entanto, o governo não deu apoio ao projeto, que acabou naufragando, já que propostas que aumentam despesas devem partir do Executivo, acompanhadas de estudos de impacto orçamentário e indicação da fonte de recursos.

DISPUTA IDEOLÓGICA

Assembleia arquiva CPI para investigar Sintep

Da redação

A Assembleia Legislativa arquivou definitivamente o pedido do deputado estadual Gilberto Cattani (PL) para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT). O requerimento foi votado em plenário na quarta-feira, 1º de março, e foi rejeitado pela maioria. Apenas o próprio Cattani e o deputado Diego Guimarães (Republicanos) votaram a favor da CPI.

O requerimento de Cattani já havia recebido pareceres contrários da Procuradoria da As-

sembleia Legislativa e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Nos dois casos, o requerimento foi considerado inconstitucional.

Mesmo com os pareceres contrários, Cattani se apegou a um dispositivo do regimento interno da Assembleia para levar a matéria ao plenário, na tentativa de convencer seus colegas a aprovar o requerimento.

No entanto, prevaleceu o entendimento de que o Sintep é uma entidade privada e, portanto, não está submetido à fiscalização do Poder Legislativo, conforme já havia informado o presidente da CCJR, Júlio Campos (União),

durante a análise da matéria.

Na sessão de quarta, o deputado Valdir Barranco (PT) afirmou que o Sintep não recebe recursos públicos para sua atuação, sendo financiado apenas por meio de contribuições voluntárias dos servidores, já que a reforma trabalhista extinguiu a contribuição sindical obrigatória. Segundo o petista, a abertura de uma CPI contra o Sintep seria apenas ‘desperdício de dinheiro público’.

“Aí a gente quer agora investigar um sindicato que não tem dinheiro público envolvido e gastar dinheiro público para uma investigação que,

primeiro, é inconstitucional, e depois não vai dar em nada”, observou.

Para justificar seu pedido, Cattani afirmava que recebeu denúncias de desvio de finalidade e utilização inadequada de recursos, além de suposta coação política e ideológica contra servidores estaduais da Educação.

Cattani chegou a reunir nove assinaturas para a criação da CPI, o que permitiria a abertura imediata da comissão. Porém, o presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (União), percebeu indícios de inconstitucionalidade no pedido e resolveu submetê-lo a uma apreciação da Procuradoria da Casa.



Gilberto Leite

O deputado Valdir Barranco (PT) afirmou que o Sintep não recebe recursos públicos

EM RONDONÓPOLIS

Depois de 10 anos, fA entrega dos 1.440 apartamentos do Residencial Celina Bezerra foi marcada por fortes emoções

Famílias recebem casa própria

Gilberto Leite



Da redação

Há dez anos esperando para receber a chave da casa própria, Elen Cristina Rocha, moradora de Rondonópolis, finalmente poderá entrar em seu apartamento entregue nesta sexta-feira, 3 de março. A cerimônia de entrega dos 1.440 apartamentos do Residencial Celina Bezerra contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Me inscrevi há muitos anos, vi começar a ser construído e a obra parar. Voltei para fazer meu recadastramento ano passado e agora finalmente peguei as chaves", contou Elen, ao receber as chaves da casa pelas mãos de Lula. Ela ainda pediu ajuda ao presidente para conseguir uma prótese ortopédica, e conseguiu. De cadeiras de rodas, ela se emocionou ao receber a garantia de que

os funcionários do Banco do Brasil doariam a prótese que Elen precisa para andar. A promessa foi feita pela presidente da instituição, Tarciana Medeiros, também presente no evento.

Além da Elen, Jordelino Mendonça da Silva, acompanhado da esposa, recebeu as chaves do seu apartamento. O casal é surdo e ficou bastante emocionado.

"Estou muito emocionado e feliz. Muitos anos esperando por esse momento, mas tinha o sonho de que iria acontecer. Eu tinha certeza", contou Jordelino, através de uma intérprete.

A deficiente visual Karina Souza Herculano também foi uma das beneficiadas. Ela estava acompanhada do marido e da filha, a pequena Emanuelle. Foram entregues 44 residências adaptadas, segundo o Governo Federal.

O presidente Lula elogiou o cuidado ao escolher os beneficiários e destacou a acessibilidade do Residencial.

"É importante que as casas tenham acessibilidade para essas pessoas poderem se movimentar. Precisamos garantir que elas possam morar nas casas, apesar das dificuldades", disse.

Composto por 1.440 apartamentos, o residencial Celina Bezerra estava entre as 186 mil unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) - Faixa 1 não concluídas até janeiro de 2023. Sua construção foi iniciada durante a gestão da então presidente Dilma Rousseff e após ter obras paralisadas, contou com aporte de recursos do município para sua retomada e conclusão.

"Estamos muito felizes e nosso sentimento é de gratidão. Não só pelo Celina Bezerra, mas por todos os investimentos que o governo federal fez na área do saneamento básico e principalmente da habitação", destacou o prefeito de Rondonópolis, José Carlos do Pátio.

Atualmente Rondonópolis tem uma lista de espera por moradias populares de cerca de 11 mil famílias.



Além das chaves da casa nova, Elen também garantiu uma prótese. A promessa foi feita pela presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros

400 VAGAS

Governo anuncia concurso público para a Saúde depois de 20 anos

Da redação

Depois de 20 anos, o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União), autorizou a realização de concurso público para a Secretaria de Estado de Saúde. O certame será realizado ainda este ano para preenchimento de 400 vagas.

A informação foi divulgada na terça-feira, 28 de fevereiro. A empresa que irá elaborar o edital e realizar o concurso ainda não foi contratada, mas o processo de contratação foi iniciado pela SESA-MT, segundo o secretário de Saúde Gilberto Figueiredo.

A necessidade de realização de um concurso foi identificada em 2019. Mas segundo o secretário, as dívidas

herdadas de gestões passadas precisavam ser sanadas antes.

"Graças a Deus conseguimos superar os obstáculos e hoje temos condições de honrar com esse compromisso. Existe uma série de investimentos sendo feitos na área da saúde. Somente nesses hospitais são aplicados R\$ 800 milhões, enfatizou Gilberto.

Seis novos hospitais devem ser entregues nos próximos anos: Central e Julio Muller, em Cuiabá, e os Regionais de Alta Floresta, Tangará da Serra, Juína e do Araguaia, em Confresa.

Também foram realizadas reformas em outros Hospitais Regionais, como Cáceres, Rondonópolis, Sorriso, Sinop e Colíder.



Gilberto Figueiredo, afirmou que era necessário sanar dívidas passadas para realizar novo concurso

MORADIAS POPULARES

Mauro propõe parceria para fazer 40 mil casas

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) pediu respeito à democracia após ter sido vaiado por apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a solenidade de entrega de 1,4 mil apartamentos populares na manhã desta sexta-feira, 3 de março.

Durante o discurso, Mauro ainda comentou sobre os investimentos que devem ser feitos pelo governo estadual na área da habitação. Ele ressaltou que o Estado investiu mais de R\$ 5 milhões para a conclusão do Residencial Celina Bezerra. Para os próximos anos, o objetivo do Estado é entregar mais de 4,0 mil casas populares.

"Queremos nos próximos quatro anos fazer mais, no mínimo, 4,0 mil casas populares no estado de Mato Grosso e, para isso, o governo do Estado quer ser parceiro [do governo federal]. Nós vamos entrar com terreno em todas essas localidades. Além disso, nós queremos colocar mais 15 mil reais do dinheiro do governo e do cidadão mato-grossense para ajudar na viabilização dessas 4,0 mil novas moradias em todo o estado de Mato Grosso", disse.

DEFESA DA DEMOCRACIA - O governador enfatizou que as eleições já se encerraram e lembrou que o respeito à democracia e união do país são os lemas defendido pelo atual presidente, aonde quer que vá.

"O respeito à democracia é algo fundamental nesse momento do nosso Brasil. O respeito à democracia é algo que o nosso presidente tem levado em todos os seus discursos, em todos os cantos do Brasil e do mundo. O respeito à democracia é algo que todos nós temos que praticar. As eleições terminaram no mês de outubro. Precisamos unir o Brasil, precisamos unir todos os brasileiros em prol de um único objetivo, que é fazer esse país crescer respeitando todos os seus cidadãos", destacou.

"[...] a democracia ela diz o seguinte: não importa se você ganhou com 70% ou com 51%, todos têm que respeitar a democracia e respeitar o presidente que ganhou com 51% e o Mauro Mendes que ganhou com 70%", acrescentou.

CRÍTICAS PASSADAS - Mauro lembrou também das vaias que recebeu em 2019 de produtores rurais, durante visita do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele citou que, à época, tinha adotado medidas severas para enfrentar a crise financeira que o Estado vivia, que levou a atraso no pagamento de salários e 13º de servidores.

O governador citou que, apesar da rejeição sofrida, o resultado dessa ação possibilitou que o Executivo investisse cerca de 19% da arrecadação em obras de investimentos neste ano.

BALSA ECOLÓGICA

Cerca de 120 toneladas de lixo são retiradas do Rio Cuiabá por ano

Bruno Vicente | Pref. de Cuiabá

Implantado pela gestão Emanuel Pinheiro no ano de 2019, o serviço de coleta fluvial de lixo é responsável por recolher do Rio Cuiabá uma média de 120 toneladas de resíduos, por ano. O trabalho é realizado por meio da Balsa Ecológica que, diariamente, recolhe os materiais tanto do leito quanto da margem do rio.

A atividade é coordenada pela Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos (Limpurb) e faz parte dos serviços exigidos à Locar Gestão de Resíduos. Conforme o contrato, o Município realiza, mensalmente, à empresa o

pagamento pela quantidade de lixo coletado. Dessa forma, os custos para aquisição e manutenção do equipamento são todos da prestadora de serviço.

A equipe que atua na balsa é formada por um piloto e dois coletores, que fazem o trajeto de cerca de cinco quilômetros entre a Ponte Nova e a comunidade São Gonçalo Beira Rio. Durante o percurso, os trabalhadores recolhem todos os tipos de materiais que, posteriormente, são encaminhados para o Eco-parque Pantanal.

"De forma periódica, também designamos um fiscal para acompanhar a execução do trabalho, para que possamos cobrar qualidade. Não

basta apenas implantar o serviço, é preciso garantir que ele funcione. É isso que fazemos, para que os resultados sejam sempre o melhor para a população e ao meio ambiente", explica o diretor-geral da Limpurb, Júnior Leite.

Com mais de sete metros de largura e três metros de comprimento, a balsa carrega dois contêineres com capacidade de até 500 litros cada. Durante a viagem, os compartimentos são cheios de garrafas pets, sacolas e cadeiras plásticas, isopor, restos de brinquedos, e diversos outros materiais prejudiciais ao meio ambiente.

Na última sexta-feira (24), por exemplo, a

Balsa Ecológica realizou uma ação específica na unidade de captação de água da ETA Sul, de onde foram retirados quase meia tonelada de lixo. Todos esses resíduos são frutos do descarte irregular que é feito em toda a cidade e terminam chegando ao Rio Cuiabá.

"O cidadão precisa ter esse entendimento de que o lixo que ele joga no chão, na margem dos córregos, nas bocas de lobo, irão chegar no rio. Todos os dias vemos o resultado dessa prática fluindo no Rio Cuiabá. Então, precisamos dessa conscientização popular. Caso contrário, todo esse trabalho que estamos fazendo se tornará vão", pontua o diretor-geral.

ALÍVIO NO BOLSÃO

Movimento que teve início no final de 2022 ganha força após suspensão das exportações para a China, devido ao caso de 'vacas loucas' no Pará

Cortes de churrasco caem até 20%

**Da redação**

Influenciado pela virada do ciclo da pecuária e o embargo da China à carne bovina brasileira, em razão de um caso atípico da doença da 'vacas loucas', o preço da carne bovina tem apresentado quedas significativas em Cuiabá. O movimento já é sentido pelos consumidores e empresários do ramo, que há algum tempo não viam quedas nos preços da proteína bovina.

Proprietário da Casa de Carnes Tutano, Pedro Perez afirma que as quedas de preços praticados por seus fornecedores têm se acentuado nas últimas três semanas.

"O 'trem' baixou com força, graças a Deus.

Bom para o povo, que pode comer carne", comemorou o empresário, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

"Tem de 3 a 4 semanas que a carne vem baixando. Essa semana mesmo, baixou bem, bastante. Como consequência disso, a gente consegue estar repassando para os nossos clientes", completa o empresário.

A queda nos preços já havia sido antecipada pelo jornal Estadão Mato Grosso, em reportagem publicada em novembro de 2022.

O movimento de baixa é provocado pelo excesso de oferta da proteína no mercado interno. Ao longo de 2022, os pecuaristas iniciaram a virada de mais um ciclo da pecuária, que consiste em descarte de fêmeas, o que contribui para aumento de oferta e redução de preços. No entanto, os preços ainda seguem pressionados pela alta demanda externa.

O movimento de queda se intensificou com o embargo da China,



Rainha do churrasco, picanha teve queda de 20% no preço entre dezembro e fevereiro

maior compradora de proteína animal do Brasil e de Mato Grosso. Entretanto, a expectativa é que as exportações sejam retomadas até abril, o que deve fazer uma nova pressão nos preços, que podem voltar a subir. Por outro lado, a tendência é que pecuaristas continuem

descartando as fêmeas ao longo de 2023.

Em dezembro de 2022, o Estadão Mato Grosso fez outro material mostrando a variação de preços dos principais cortes para churrasco nos últimos anos. Na ocasião, o levantamento consultou preços de 5 cortes de

carnes para churrasco (picanha, alcatra, contrafilé, maminha e fraldinha) em 5 açougues da capital.

Naquela ocasião, os preços médios dos cortes para churrasco eram: picanha - R\$ 66,59; alcatra - R\$ 40,57; contrafilé - R\$ 39,77; maminha - R\$ 40,37 e fraldinha

- R\$ 34,53. Para efeitos de comparação, a reportagem usará informações de apenas duas casas de carnes, pois as demais usadas no último levantamento não responderam.

No novo levantamento, realizado nesta terça-feira, 28 de fevereiro, é possível perceber que todos os cortes pesquisados apresentaram queda. A reportagem tentou levantar preços com as demais casas de carnes, mas não obteve resposta até o fechamento. Portanto, quando considerados os preços médios, eles podem não refletir a realidade, apenas os preços individualizados por cada açougue.

Os principais cortes para churrasco apresentaram queda de até 20%. 'Rainha do churrasco', por exemplo, a picanha teve queda de 20% na Casa de Carnes Boa Qualidade, localizada no bairro Parque Cuiabá. Já na Casa de Carnes Tutano, localizada no bairro Cidade de Alta, a queda foi um pouco menor: 13,80%.

Marcos Vergueiro/Secom-MT



Clima contribuiu para o aumento na produtividade em MT; agora, produtores esperam que demanda siga aquecida

CLIMA FAVORÁVEL

Colheita chega ao fim com recorde

Da redação

A colheita da safra de soja está chegando ao fim em Mato Grosso e deve confirmar mais uma safra recorde, com produção de 42,82 milhões de toneladas da oleaginosa em uma área de 11,81 milhões de hectares.

De acordo com o presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Fernando Cadore, o clima contribuiu para o aumento da produtividade por hectare e da produção em geral.

Quando os produtores estavam iniciando o plantio da soja, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) estimava que a produtividade seria de 58,1 sacas por hectare (sc/ha). Já na última estimativa, quando a colheita já estava sendo realizada, a projeção de

produtividade subiu 4%, para 60,43 sc/ha.

"O que rege a produção é o clima, porque o nível de investimento é alto no estado. Temos condições de fertilidade, tecnologia e de investimento que favorecem uma produção maior, mas o que determina a produção agrícola é clima. As chuvas foram mais espaçadas, não ficou muito chuvoso e nem teve tanta seca, então isso favoreceu", disse Cadore.

Cadore destacou, por outro lado, que os sojicultores de algumas localidades enfrentaram problemas com o clima, principalmente durante a colheita, o que provocou atrasos. No entanto, mesmo com chuvas à noite, o produtor conseguiu avançar na colheita em dias que amanheciam ensolarados, embora "não com tanta velocidade".

"Não chega a prejudicar, pois todo dia o produtor consegue tirar um pouquinho e hoje, com a tecnologia, as máquinas são muito grandes, são projetadas pra ter mais rapidez", acrescenta.

Além disso, com o avançar da colheita, mais máquinas ficaram disponíveis, permitindo que os produtores mais atrasados pedissem ajuda de um vizinho ou um prestador de serviços para acelerar os trabalhos.

O representante dos produtores de Mato Grosso diz ter esperança de que a demanda continue aquecida, pois os custos de produção estão elevados e o enfraquecimento da demanda poderia causar prejuízos para o setor. Porém, mesmo com a demanda elevada, ainda não é possível dizer se haverá melhora nos preços aos produtores.

O motivo para a demanda seguir elevada é a quebra de safra registrada no Rio Grande do Sul e também na Argentina, onde a seca vem prejudicando o cultivo. No mercado mundial, essa perda será compensada pelas produções que superaram as estimativas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, além da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins.

"Esse incremento na produção da parte central e norte do país vai acabar compensando essa quebra da região do Rio Grande do Sul, principalmente, e na Argentina. A gente estima que tenha um equilíbrio e que não venha causar um incremento de preço. Agora, a gente fica à mercê da demanda do consumo", concluiu.

R\$ 7,3 BILHÕES

Arrecadação de impostos está 5,8% acima de 2022

Da redação

Os primeiros 54 dias de 2023 já somaram R\$ 7.344 bilhões em arrecadação de tributos municipais, estaduais e federais em Mato Grosso. O montante é 5,8% superior do que o contabilizado no mesmo período do ano passado, quando a arrecadação registrou R\$ 6.939 bilhões, segundo Impostômetro da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-MT).

O presidente em exercício da Fecomércio-MT, Marco Pessoz, destaca os fatores que contribuem para o crescimento da arrecadação no estado. "Este aumento tem ligação direta com a inflação,

mas também com o aumento no consumo das famílias, favorecido pelo emprego e renda da população, que no caso de Mato Grosso, são fatores que crescem em níveis positivos".

Levando em consideração a arrecadação na capital do estado, o valor apurado nos primeiros dias do ano chegou a R\$ 152,3 milhões, acima dos R\$ 143,9 milhões arrecadados no mesmo período de 2022. Rondonópolis e Sinop já arrecadaram, respectivamente, R\$ 41,1 bilhões e R\$ 30,7 bilhões. Os valores são 5,1% superiores aos registrados em 2022.

Em nível nacional, a arrecadação chegou a R\$ 502,6 bilhões nos primeiros 54 dias do

ano, cerca de 28 bilhões de reais acima do valor arrecadado em 2022. Desse total, somente de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a arrecadação no país representa R\$ 101,5 bilhões, sendo o imposto mais importante em âmbito estadual. Já o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é o mais relevante em nível municipal, arrecadando, até a data, R\$ 9,8 bilhões.

Apesar de existir um aumento consecutivo na arrecadação todos os anos, Pessoz vê como um sinal positivo, visto que "é importante para promover investimentos em infraestrutura e possibilitar a manutenção de serviços essenciais à população em todo país.



Alta na arrecadação tem ligação direta com a inflação, mas também com o aumento do consumo

O problema é que a nossa carga tributária é muito alta para os padrões de um país emergente e muito pouco retorna

para quem realmente precisa".

Além de divulgar o valor pago em tributos pela população mato-gros-

sense, o Impostômetro, da Fecomércio-MT também traz informações sobre questões tributárias do estado e do país.

Divulgação

AUMENTOS DE 1.000%

Presidente da Aprosoja acusa fabricantes de insumos de aproveitarem crises globais para obter lucros estratosféricos às custas do produtor

Fabricantes se aproveitam da guerra

Gilberto Leite



Da redação

O presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Fernando Cadore, acusou as empresas que fabricam fertilizantes de terem se aproveitado da guerra entre Rússia e Ucrânia e da pandemia de covid-19 para subir preços de forma injustificada. Segundo Cadore, os produtores sofreram com reajustes de até mil por cento em alguns produtos.

A declaração foi feita durante conversa com jornalistas na sede da entidade, em Cuiabá, nessa quarta-feira (1º de março).

Atualmente, a situação de explosão de preços de insumos já co-

meçou a arrefecer. Os produtores começaram a enfrentar o problema no segundo semestre de 2021, conforme noticiado pelo Estadão Mato Grosso. Naquela ocasião, as fornecedoras passaram a cancelar as compras já pagas, de forma a obrigar os produtores a comprar novamente os mesmos produtos, pagando até 3 vezes mais.

Porém, com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, em fevereiro de 2022, a situação se agravou ainda mais, reduzindo as margens de lucro dos produtores e comprometendo a viabilidade da atividade. Segundo Cadore, analisando os dados de mercado, fica explícito que as empresas aproveitaram o momento para obter lucros estratosféricos.

“O que a gente viu foi que teve oportunismo, principalmente de fertilizante, que é monopolizado. São quatro players no mundo, praticamente. Então, eles aproveitaram a guerra, a pandemia e margearam os fertilizantes”, disse Cadore.

Cadore também relatou que a Aprosoja buscou informações no mercado para tentar encontrar uma justificativa para a explosão de preços, mas chegou à conclusão de que se tratou de oportunismo. Segundo a entidade, se levar em conta os aumentos de preços de transporte, como frete marítimo, energia, dentre outros, o aumento deveria ser de, no máximo, 40%.

“O que nós tivemos foi um aumento de 300% a mil por cento. Então, ficou muito explícito pra nós. Inclusive, a gente procurou, na época, a Frente Parlamentar de Agricultura (FPA), que chegou a entrar com pedidos de investigação por formação de cartel. Para a gente, ficou muito explícito isso”, reforçou Fernando.

O presidente da Aprosoja também culpa o governo brasileiro pelo aumento no custo de produção, devido à proibição de uso do Paraquat, herbicida amplamente utilizado em todo o mundo para



Fernando Cadore afirma que empresas se aproveitaram das crises globais para obter lucros estratosféricos

dessecar os grãos de soja. Segundo Cadore, isso provocou um aumento de aproximadamente R\$ 900 no custo de produção. O Paraquat é largamente utilizado no mundo, inclusive por concorrentes do agronegócio brasileiro.

Apesar de citar o aumento nos custos, Cado-

re disse que o produtor não é defensor da agroquímica, mas que esse mesmo produto é usado por cerca de 80 países, sendo que o Brasil também compra produtos de regiões onde o Paraquat é utilizado, a exemplo da Argentina, principal fornecedora de trigo para o Brasil.

“O pão que a gente come, que compra na padaria, ele vem com o uso Paraquat, que o Brasil banuiu. Então, tem coisas dentro das legislações, das nossas políticas, que acabam encarecendo para a sociedade, para o produtor e a gente não entende o porquê”, conclui.

RETRAÇÃO DO PIB 2022

Fernando Haddad descarta risco de recessão no Brasil

Wellton Máximo/ABR

A retração do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) verificada no quarto trimestre do ano passado reflete a desaceleração da economia provocada pelos juros altos, disse na quinta-feira (2) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Apesar do encolhimento do indicador no fim de 2022, o ministro descartou o risco de recessão para este ano.

“Não estamos trabalhando com perspectiva de recessão”, disse

Haddad, ao chegar ao Ministério da Fazenda após participar da cerimônia de lançamento do novo Bolsa Família, no Palácio do Planalto. Uma economia entra em recessão técnica quando registra dois trimestres seguidos de resultados negativos.

Ele comentou o resultado do PIB de 2022, divulgado mais cedo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora a economia tenha crescido 2,9% no ano passado, houve uma retração de 0,2% no quarto trimestre.

“Todo o desafio do Ministério da Fazenda, da área econômica, é reverter esse quadro e promover uma curva ascendente do crescimento do PIB. Neste momento, ela está descendente”, disse o ministro.

Para o ministro Fernando Haddad, a economia está perdendo força por causa das altas dos juros promovidas pelo Banco Central (BC). Embora a taxa Selic (juros básicos da economia) tenha parado de subir em agosto do ano passado, está no nível mais alto desde o início de 2017 e os efeitos

de um aperto monetário, no Brasil, levam de seis a nove meses para serem sentidos na economia.

Segundo Haddad, as elevações dos juros foram influenciadas por medidas fiscais adotadas pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por isso, o ministro considera o crescimento de 2,9% do PIB no ano passado como “em linha com o esperado”.

HARMONIZAÇÃO
O ministro voltou a destacar a importância de “harmonizar” as políticas monetária e fiscal, para que a popula-

ção mais vulnerável seja poupada da desaceleração da economia. “Temos a oportunidade de resolver o quadro neste ano, sem prejudicar a população de menor renda”, disse.

Conforme declarações recentes de Haddad, a harmonização ocorreria da seguinte forma. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento tomam medidas para elevar a arrecadação. Em troca, o BC anuncia a possibilidade de começar a reduzir a Selic nos próximos meses. O envio do novo marco fiscal e da reforma tributária ao

Congresso também ajudariam nessa missão.

Sobre a política de preços para os combustíveis, o ministro da Fazenda disse que o tema está sendo tratado pelo Ministério de Minas e Energia, mas que a ideia seria encontrar um meio-termo entre a cotação internacional do petróleo e o preço na bomba. “Pretendemos encontrar alternativas para que não pese no bolso do consumidor as eventuais variações de preço internacional, que penalizaram muito o consumidor no último governo”, explicou.

TECNOLOGIA AVANÇA

Além de Cuiabá, outros três municípios de MT terão sinal 5G

Ilustração | Freepik



Apesar da liberação, na prática, isso não quer dizer que os municípios já terão o sinal ligado

Da redação

Mais três municípios de Mato Grosso podem começar a transmitir o sinal da nova rede 5G puro da faixa 3.5GHz. Além de Cuiabá, Várzea Grande, a segunda maior cidade do estado, Nossa Senhora do Livramento e Planalto da Serra obtiveram a autorização da Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) nesta segunda-feira, 27 de fevereiro.

As três cidades de Mato Grosso fazem parte da lista de 347 municípios do país que ganharam autorização da Anatel. Até o momento, 87 localidades - 86 milhões de brasileiros (40% da população) - obtiveram a liberação do 5G. As localidades que tiveram nova liberação estão distribuídas em 23 estados. (Veja no final da matéria)

Os municípios são: Minas Gerais (50); Goiás (48); Rio Grande do Sul (33); Paraná (32); Santa Catarina (21); Ceará (18); Bahia (17); Rio de Janeiro

(15); Rio Grande do Norte (14); São Paulo (13); Maranhão (13); Amazônia (12); Piauí (12); Alagoas (11); Tocantins (9); Pernambuco (9); Paraíba (6); Roraima (4); Mato Grosso (3); Sergipe (3); Amapá (2); Rondônia (1) e Pará (1).

Apesar da liberação, na prática, isso não quer dizer que os municípios já terão o sinal ligado. Para que isso aconteça, as prestadoras que adquiriram lotes na faixa de 3,5 GHz terão que solicitar à Anatel o licenciamento e ativações de estações de 5G nesses municípios.

Até o momento, 487 municípios estão liberados para utilização da faixa de 3,5 GHz por estações do 5G standalone. Com isso, a população destas cidades totaliza 86 milhões de brasileiros, 40% da população.

Em Mato Grosso, três prestadores estão aptos para disponibilizar o sinal: Tim, Vivo e Claro. O total de estações no estado é de 1.609. Os dados

são da Anatel, disponíveis no site do Ministério das Comunicações.

Na capital, o sinal já é captado nos bairros: Altos do Caxipó, Barbadão, Bosque da Saúde, Bela Vista, Centro Sul, Centro Norte, Centro Norte, Centro Político Administrativo (CPA), CPA III, Cidade Alta, Dom Aquino, Duque de Caxias I, Goiabeira, Jardim Alvorada, Jardim Mariana, Jardim Itália, Jardim Europa, Jardim Vitória, Jardim Cuiabá, Jardim Ubirajara, Jardim Eldorado, Jardim Imperial, Jardim Petrópolis, Jardim Primavera, Jardim Shangri-la, Jardim Tropical, Jardim Paulista, Jardim Florianópolis, Jardim Califórnia, Jardim Vitória, Morada do Ouro II, Morada dos Nobres, Morada da Serra, Novo Terceiro, Portal da Chapada, Pedra 90, Pico do Amor, Poção, Popular, Recanto dos Pássaros, Ribeirão do Lipa, Santa Elena, Santa Rosa, Senhor dos Passos e Três Barras.

Além de maior velocidade, o 5G reduz o tempo entre o estímulo e a resposta da rede de telecomunicações, aumenta a capacidade de dispositivos conectados ao mesmo tempo em uma determinada área e reduz o consumo de energia, com consequente aumento da sustentabilidade.

INTERFERÊNCIA
Quem recebe as transmissões da TV Aberta pela antena parabólica precisa adaptar o equipamento para evitar eventuais interferências. Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que recebem sinal da TV aberta por parabólica podem solicitar o kit gratuito para a adaptação do equipamento à Siga Antenado (www.sigaantenado.com.br).

A instalação dos novos equipamentos é feita somente com agendamento pelo Siga Antenado ou pelo 0800-729-2404.